

TEORIA DA VINCULAÇÃO: O SALTO DO COMPORTAMENTO PARA O NÍVEL DA REPRESENTAÇÃO

Joana Maia

Manuela Veríssimo

Instituto Superior de Psicologia Aplicada - Instituto Universitário, Lisboa

Resumo

Nos últimos 30 anos, temos assistido, no contexto da investigação empírica sobre as implicações desenvolvimentais da vinculação durante o período pré-escolar, a um aumento significativo da utilização de metodologias semi-projectivas de elicitação de narrativas, frequentemente operacionalizadas sob a forma de tarefas de completamento de histórias (e.g., *Attachment Story Completion Task*). Apontadas como uma forma válida de estudar a qualidade e a organização dos Modelos Internos Dinâmicos (MID) de vinculação a sua crescente aplicação parte da crença de que poderão funcionar, metaforicamente falando, como uma janela para o mundo interno da criança, susceptível de providenciar informação não obténível pelos tradicionais métodos *standard* de avaliação psicológica. O presente artigo procura discutir potencialidades e riscos da utilização deste tipo de metodologias para a compreensão da estrutura, conteúdo, determinantes e evolução dos modelos internos de crianças em idade pré-escolar, tomando como exemplo o *Attachment Story Completion Task*.

PALAVRAS-CHAVE: *Modelos internos dinâmicos, Metodologias narrativas, Tarefas semi-projectivas de completamento de histórias, Representações de vinculação.*

Introdução

Para explicar a importante ligação que acreditava existir entre vinculação, desenvolvimento e saúde mental, Bowlby (1988) introduziu o conceito de Modelos Internos Dinâmicos (MID), que define como representações mentais tendencialmente estáveis que, variando na extensão em que são acessíveis à consciência, tendem a guiar a percepção subjectiva da experiência interpersonal. Construídos durante os primeiros anos de vida, com base na repetição de experiências portadoras de significado emocional com os principais cuida-

Morada (address): UIPCDE, ISPA-IU, Rua Jardim do Tabaco, 34, 1149 - 041 Lisboa. E-mail: mveriss@ispa.pt

Os autores gostariam de agradecer a todos os colegas da linha 1: Psicologia do Desenvolvimento, UIPCDE-IU pelos seus comentários valiosos. Este trabalho foi em parte financiado pela FCT (SFRH/BD/35769/2007).

dores, os MID ligam memórias afectivas e expectativas do *self* relativamente às primeiras figuras de vinculação. Hipotetiza-se, pois, que ao estabelecimento de uma relação de vinculação segura corresponda, no plano mental, a organização de uma representação de vinculação segura, isto é, de um modelo operacional de um parceiro de vinculação perspectivado como estando disponível para a interacção, sendo capaz de proporcionar ajuda e conforto em caso de necessidade (Bretherton 2005; Bretherton e Munholland, 2008).

Constituindo uma das maiores conquistas desenvolvimentais do período pré-escolar, o despontar da competência narrativa espontânea que marca a transição dos 3 para os 4 anos põe em evidência representações mentais da experiência, assim como o papel subjectivamente conferido ao *self* e aos outros nesta, implicando a atribuição de significados emocionais susceptíveis de serem partilhados e, em última instância, co-construídos. Assinalando a possibilidade de a criança comunicar eventos passados e presentes, bem como expectativas futuras, esta nova capacidade permitir-lhe-á organizar e dar sentidos temporais, causais e avaliativos às suas vivências, simbolizando um passo maior no sentido de poder perceber e regular a sua própria vida emocional (Nelson e Fivush, 2004).

Nos últimos 20 anos, a aceitação desta premissa no âmbito da Teoria da Vinculação levou a um aumento significativo na utilização de metodologias de elicitação de narrativas, apontadas como uma forma válida de inferir sobre a qualidade e a organização dos MID durante a infância. Não obstante, tem sido defendido que, neste “golpe de asa” que constitui, no âmbito da Teoria da Vinculação, a passagem do estudo do comportamento directamente observável para o estudo da representação mental, ainda não estão hoje totalmente clarificados quais os aspectos cruciais que têm de ser tidos em conta quando o objectivo é criar instrumentos capazes de, ao longo do ciclo vital, avaliar de forma sólida a segurança das representações de vinculação dos sujeitos (Oppenheim, 1997; Thompson, 2008; Solomon e George, 2008).

O *Attachment Story Completion Task* (ASCT, Bretherton e Ridgeway, 1990) tem sido aplicado em diferentes culturas, sendo uma das metodologias narrativas de completamento de histórias mais utilizadas durante o período pré-escolar. O presente artigo procura debater potencialidades e riscos da utilização deste instrumento (e de instrumentos similares) para a compreensão da estrutura, conteúdo, determinantes e evolução dos modelos internos de crianças em idade pré-escolar, ou seja, num período desenvolvimental em que a vinculação aos cuidadores se mantém um aspecto crucial na sua adaptação ao meio.

Metodologias narrativas: Um salto do comportamento para o nível da representação

Na sua generalidade, os primeiros trabalhos empíricos realizados no âmbito da Teoria da Vinculação, focalizados na primeira infância e analisando exclusivamente a díade mãe-criança, utilizaram como instrumento de avaliação a *Situação Estranha* (Ainsworth, Blehar, Waters, e Wall, 1978). Ampliando as ideias oriundas da Etologia relativas à importância da observação do comportamento, tão acarinhadas por Bowlby (1988), os trabalhos de Mary Ainsworth e da sua equipa procuraram confirmar empiricamente o pressuposto de que, a partir das diferenças individuais observáveis durante episódios de separação-reunião à figura materna, seria possível inferir se a criança havia internalizado, em virtude das aprendizagens do dia-a-dia, que podia confiar nesta como fonte de conforto e de protecção ou se, pelo contrário, a díade teria atrás de si uma história de insensibilidade ao nível dos cuidados, caracterizada pela rejeição, inconsistência e/ou imprevisibilidade das respostas do adulto. Com efeito, a criação deste procedimento experimental (ver revisão de Solomon e George, 2008) constituiu a primeira tentativa de operacionalizar e testar conceitos que, até então, apenas tinham uma existência teórica.

Nas últimas três décadas, à medida que as investigações levadas a cabo no domínio da vinculação e das suas interligações desenvolvimentais se foram estendendo para além dos primeiros anos de vida dos sujeitos, os continuadores da Teoria da Vinculação têm-se debatido com a necessidade de criar instrumentos capazes de captar os distintos níveis de complexidade em que este constructo pode ser apreendido. Possibilitando um salto empírico do nível do comportamento expresso para o nível da representação mental, a divulgação da *Adult Attachment Interview* por George, Kaplan e Main, em 1984, constituiu um admirável passo nesse sentido (ver Hesse, 2008). Um ano depois, continuando a abrir a porta para o estudo das representações de vinculação, Main, Kaplan e Cassidy (1985) mostraram que crianças classificadas na primeira infância como seguras à mãe na *Situação Estranha* (Ainsworth et al., 1978) davam com maior probabilidade, quando reavaliadas aos 6 anos, soluções construtivas em resposta a cenários de separação, apresentados no *Separation Anxiety Test* (Klagsbrun e Bowlby, 1976), tendendo também a falar das situações de separação com maior abertura emocional.

Motivadas por este estudo longitudinal e pelos dados reportados por Cassidy (1988) relativos ao facto de crianças da mesma idade classificadas como seguras num procedimento concorrente de Separação-Reunião à mãe tenderem a projectar uma melhor imagem do *self* (i.e. positivo mas aberto a imper-

feições) numa tarefa de completamento de histórias, Inge Bretherton e Doreen Ridgeway envidaram esforços com o objectivo de criar um procedimento que permitisse avaliar, de forma mais específica, a qualidade e a organização dos MID em idades mais precoces.

Influenciadas por avanços contemporâneos no estudo da aquisição da linguagem e do jogo simbólico infantil, que puseram em evidência capacidades inesperadas das crianças pequenas para representar eventos de uma forma bastante complexa (ver Bretherton e Oppenheim, 2003), Bretherton e Ridgeway procuraram combinar a *play therapy* e a tradição dos métodos projectivos com uma abordagem psicométrica para criar, em meados dos anos 80, o *Attachment Story Completion Task* (ASCT, Bretherton e Ridgeway, 1990). Embora viesse a ser publicado apenas em 1990, o ASCT constituiu, desde a sua criação, um dos mais significativos precursores da *MacArthur Story Stem Battery* (Bretherton, Oppenheim, Buchsbaum, Emde, e the MacArthur Narrative Group, 1990), extensa bateria de histórias unificada pela *MacArthur Research Network on Early Childhood Transitions* com o objectivo de sistematizar metodologicamente tarefas de completamento de histórias pré-existentes (ver Murray, 2007).

Attachment Story Completion Task

O ASCT procura captar diferenças individuais na forma como as crianças constroem narrativas em torno de cenários do quotidiano familiar relacionados com a vinculação, sendo hipotetizado que, a partir das respostas dadas, é possível inferir sobre a qualidade dos MID emergentes. Aplicável entre os 3 anos e os 6 anos (ou, com ligeiras adaptações até aos 9 (ver Granot e Mayseless, 2001), consiste numa entrevista de cerca de 30 minutos, durante a qual, com a ajuda de uma família de pequenas figuras moldáveis (i.e. pai, mãe, filho “protagonista” e respectivo irmão/ã, ambos do mesmo género da criança entrevistada), são apresentados 6 inícios de histórias, sendo pedido à criança que, ilustrando as interações entre as personagens, complete cada história livremente.

Cada uma das instruções do ASCT foi construída de modo a evocar uma problemática distinta: figura de vinculação em situação de autoridade face a um percalço acidental da criança (*Sumo Entornado*); activação do sistema de vinculação e resposta parental à dor (*Joelho Magoado*) e ao medo (*Monstro no Quarto*) da criança; ansiedade de separação e capacidade de *coping* com um cuidador substituto (*Partida*) e tonalidade afectiva da reunião familiar (*Reencontro*). Uma instrução adicional neutra (*Bolo de Aniversário*) é adminis-

trada inicialmente, para assegurar que a criança compreende o procedimento, mas não é cotada. Informações sobre o material necessário, instruções para administração e parâmetros de cotação para a qualidade da resolução, coerência e segurança de cada história, podem ser consultadas no manual elaborado por Maia, Veríssimo, Ferreira, Silva, e Fernandes (2009).

O ASCT tem apresentado concordância com outras medidas que avaliam a segurança do comportamento de vinculação da criança à mãe (e.g., Bretherton et al., 1990; Gloger-Tippelt, Gomille, König, e Vetter, 2002), embora sejam de referir algumas exceções (e.g., Carvalho et al., 2010). Reforçando a tese de que nas narrativas poderão ser postas em cena essencialmente reenactações das interações quotidianas, o instrumento tem ainda evidenciado associações positivas com medidas concorrentes que avaliam a qualidade dos comportamentos maternos dirigidos à criança (e.g., Laible, Carlo, Torquati, e Ontai, 2004) e, em direcção oposta, com a presença actual (mas não passada) de sintomatologia depressiva nas mães (Trapolini et al., 2007).

Em termos de validade preditiva deste tipo de metodologias representacionais, têm sido encontradas associações relevantes com medidas distintas que, de um modo geral, avaliam o funcionamento sócio-emocional dos sujeitos (e.g., Page e Bretherton, 2001), embora por vezes em direcções contra-intuitivas (ver revisão de Warren, 2003). Por outro lado, estudos com estes instrumentos têm também contribuído para fortalecer a tese de que os problemas de comportamento internalizante e externalizante evidenciados por crianças desta idade tendem a estar intimamente relacionados com a qualidade das representações internas que estas organizam das suas vivências com os principais cuidadores (Laible, Carlo, Torquati, e Ontai, 2004). Todavia, se é inegável que, no contexto da investigação sobre as implicações desenvolvimentais da vinculação aos primeiros cuidadores, o conceito de MID, utilizado neste contexto metodológico, tem vindo a assumir uma capacidade explicativa crescente e extensiva (Bretherton e Munholland, 2008), será importante ter em mente o perigo de que tal facto contribua para que a Teoria da Vinculação continue a ser erroneamente compreendida como indicando que a qualidade das relações precoces é necessariamente estável conduzindo, de forma determinística, a evoluções inexoravelmente saudáveis ou patológicas.

De forma a aprofundar esta perspectiva, tomemos como ponto de partida o conceito de “coerência do desenvolvimento” (Sroufe, 1979), que sugere que os sucessos, ou as falhas, numa determinada tarefa desenvolvimental (e.g., estabelecimento de uma vinculação segura durante a infância) predispõem a criança, e naturalmente a díade criança / cuidador, para o sucesso ou falha nas tarefas desenvolvimentais subsequentes (e.g., aquisição de uma competên-

cia social autónoma). É de realçar, porém, que a utilização do termo “predispõem” deixa bem patente o carácter probabilístico que se assume estar associado ao desenvolvimento. Com efeito, este é um dos principais pressupostos da visão teórica que perfilhamos. Visão que, integrando os contributos teóricos do Modelo Transaccional (Sameroff e Chandler, 1975) e o conceito de Epigénese Probabilística proposto por Gottlieb (1991), defende que todo o desenvolvimento humano terá sempre de ser pensado de forma dinâmica e com base nas interacções bio-psico-sociais que, a todo o momento, se estabelecem entre sujeito e meio.

Sendo estas interacções influenciadas, quase sempre de modo simultâneo, por factores de risco e por factores de protecção, não podemos esperar que as diferenças iniciais nas relações de vinculação estejam necessariamente associadas a todos os resultados desenvolvimentais. Deste modo, precaução será necessária na análise de possíveis correlatos dos MID, quer estes sejam do domínio normativo do desenvolvimento afectivo, social ou cognitivo, ou do domínio da psicopatologia. Efectivamente, a literatura tem mostrado que, embora a qualidade da vinculação tenha associações com manifestações de (des)adaptação psicológica, raramente as vinculações inseguras podem ser apontadas enquanto causa suficiente, ou mesmo necessária, para a emergência de perturbação (Deklyen e Greenberg, 2008). Em conformidade com esta ideia, defendemos que a construção de representações de vinculação inseguras também não poderá ser considerada por si mesma patológica, embora, naturalmente, possa facilitar o delinear de uma trajetória que, juntamente com outros factores de risco posteriores, pode aumentar o risco futuro de emergência de manifestações sintomáticas.

Uma questão central em torno do ASCT e de instrumentos similares é saber o que é que estes, realmente, avaliam (Bretherton, 2005). Com a generalidade dos artigos a refugiar-se na assumpção de que, a partir das narrativas produzidas pelas crianças é possível inferir sobre a qualidade das suas *representações de vinculação*, um conceito de teor excessivamente abrangente, esta questão crucial está longe de estar respondida (ver reflexões de Bretherton e Munholland, 2008; Steele et al., 2003).

Efectivamente, não sendo especificado o que é que pode (e não pode) ser incluído neste conceito, a adopção desta terminologia não é suficiente para nos informar sobre se estamos a falar de equivalentes de MID organizados na esteira da história relacional precoce com cuidadores específicos, de representações das interacções familiares actuais, de modelos de relação generalizados, essencialmente ilustrativos das estratégias de relacionamento inter-pessoal adoptadas pelos sujeitos, ou, ainda, de aproximações a um ti-

po de conhecimento muito particular organizado sob a forma de *script de base segura* (para uma familiarização com esta abordagem consultar Waters e Waters, 2006). Por outro lado, continuam a ser necessários estudos para legitimar de forma inequívoca a validade convergente e discriminativa do ASCT, o que tem sido dificultado pelo facto de este instrumento não obrigar à utilização de um sistema de análise único, existindo a possibilidade de ajustar a escolha das histórias e o processo de cotação (e.g., categorial, contínuo, entre outros) aos objectivos específicos de cada investigação em curso (ver Bretherton e Oppenheim, 2003). Neste âmbito, mostra-se vital a clarificação da possível influência da idade, do género, bem como de diferenças inter-individuais ao nível da competência linguística, na qualidade das respostas apresentadas pelos sujeitos, sendo também imprescindíveis mais dados susceptíveis de nos informarem sobre o grau de estabilidade temporal da medida.

Apoiando-se na tese avançada por Bowlby (1988) de que a existência de uma comunicação criança-cuidador caracterizada pela abertura emocional é um aspecto crucial para a elaboração de modelos seguros, Oppenheim e Waters (1995) afastam-se da utilização do termo MID, que consideram remeter em excesso para níveis do funcionamento intra-psíquico, propondo antes que metodologias deste género poderão avaliar essencialmente as competências das crianças para construir, e partilharem, narrativas em torno de assuntos emocionalmente carregados. Nesta conceptualização, atenção é dada ao facto de a situação de aplicação da tarefa de completamento de histórias poder constituir um momento fortemente indutor de ansiedade para a criança: confrontada com temas relacionais complexos e tendencialmente conflituosos, com a acção a ser deixada no seu clímax, é-lhe exigido que, regulando a tensão emocional suscitada por cada instrução, resolva de forma coerente o problema apresentado, ao mesmo tempo que tem de permanecer em interacção com um adulto desconhecido.

Defendendo desde a criação do ASCT (ver Bretherton, 1990) que as respostas ao ASCT não deverão ser tratadas enquanto equivalentes das medidas de organização comportamental da vinculação, Inge Bretherton valoriza a perspectiva avançada por estes autores. No entanto, defende que esta teorização não é necessariamente incompatível com o pressuposto de que as narrativas reflectem quer aspectos do funcionamento inter-pessoal dos sujeitos, quer conteúdos da sua dinâmica intra-psíquica. Neste sentido, Bretherton (1995) espera que análises cuidadas das respostas ao ASCT permitam cada vez mais aos investigadores pôr em evidência ligações relevantes, e teoricamente expectáveis, entre, a internalização de experiências de comunicação aberta e

emocionalmente sensível com as figuras parentais, competências de modulação do afecto da própria criança, sentimentos de (in)segurança vivenciados e expressões, que poderão ser mais ou menos coerentes, de alguns conteúdos dos seus modelos internos, relativos tanto às figuras de vinculação como ao próprio *self*.

Nesta linha de pensamento, parece-nos especialmente pertinente a ideia avançada por Bretherton (2005) de que uma leitura das respostas dadas pelas crianças ao ASCT (e a instrumentos similares) guiada por uma conceptualização das mesmas enquanto “comunicação de tipo emocional”, poderá contribuir para uma compreensão mais completa de conteúdos irrealistas por vezes incluídos nas narrativas. Deste modo, é de reforçar a necessidade de precaução na análise literal deste tipo de conteúdos, uma vez que estes poderão simplesmente ilustrar medos, esperanças, preocupações ou desejos que ganham significados não patológicos se atendermos à sua potencial capacidade simbólica. Exemplo disto é o facto de algumas encenações, à primeira vista aparentemente indicativas de perturbação emocional (i.e., caos, desastres, mortes...), poderem reflectir os medos actuais da criança acerca da indisponibilidade emocional, ou da inacessibilidade física dos pais, por exemplo após uma situação de divórcio (ver Page e Bretherton, 2001). Como tal, parece-nos que deverá ser evitada a catalogação precipitada de narrativas aparentemente bizarras como inequívocas expressões de vinculações fortemente inseguras ou desorganizadas, devendo, sempre que possível, os seus elementos serem examinados “em contexto”, enquanto potenciais “*metaphorical portrayals of overwhelming emotions about family situations*” (Bretherton e Munholland, 2008, p.119). Por outro lado, pensamos também que devem ser ponderados os dados de alguns estudos realizados com amostras de elevado risco psico-social que têm vindo a reportar incongruências entre respostas “aparentemente positivas” dadas por alguns sujeitos e aquilo que seria expectável tendo em conta as vivências adversas com que se confrontam no contexto familiar. Comparando as narrativas produzidas, aos 5 anos, por um grupo normativo de crianças, com um grupo de crianças que haviam sofrido maus-tratos (i.e. negligência, abuso físico ou sexual) no contexto intrafamiliar, Clyman (2003) põe em confronto a perspectiva representacional, segundo a qual os sujeitos se baseiam extensamente nas suas experiências relacionais e nos acontecimentos factuais do dia-a-dia para dar continuidade às instruções que lhe são apresentadas e a perspectiva da regulação emocional, que hipotetiza que, durante a realização da entrevista, os sujeitos poderão modificar ou evitar deliberadamente a encenação de comportamentos específicos susceptíveis de contri-

buir para o aumento dos níveis de ansiedade, com o objectivo de regular a sua própria activação emocional negativa.

Embora os resultados encontrados pareçam apoiar sobretudo a primeira hipótese, com o grupo de crianças que sofreram maus-tratos a encenar com maior frequência situações de desobediência face aos pais e a incluir mais descrições de comportamentos sexualizados, ao mesmo tempo que as suas personagens apresentam menos atitudes de tipo pró-social, evidências foram também encontradas que suportam pelo menos parcialmente a tese da regulação emocional. Com efeito, verificou-se que este grupo tende a colocar menos frequentemente a criança protagonista em situações de ameaça física (e.g., a criança caiu) e de vulnerabilidade emocional (e.g., ficou triste). É também de destacar o facto de, nas narrativas em que foram encenados comportamentos com carácter sexualizados, a figura protagonista tender a assumir o papel de perpetrador dos mesmos, estratégia que Clyman (2003, p.214) considera poder ajudar os sujeitos a diminuir a sua auto-percepção de vítimas, ajudando-os a *"actively master their fears"*.

Outro dos resultados significativos do referido estudo prende-se com o facto de, à semelhança do que se têm verificado noutros estudos (e.g., Zahn-Waxler et al., 2008), efeitos de interacção de género terem sido detectados, com os rapazes que sofreram maus-tratos, por comparação com os do grupo de controlo, a incluírem nas suas narrativas significativamente mais temas de agressividade, verificando-se o inverso no caso das raparigas o que, de acordo com Clyman (2003) poderá constituir mais uma evidência a favor da hipótese da regulação emocional.

Linhas de investigação futura

Em síntese, gostaríamos de sublinhar a ideia, há muito defendida (ver Sroufe e Waters, 1977) relativamente ao comportamento de vinculação observável da primeira infância, de que, também no domínio da representação mental a vinculação será melhor conceptualizada em termos de um padrão organizado e coerente do comportamento, da cognição e do afecto, ao invés de mero somatório linear de conteúdos verbais específicos e discretos. Em continuidade com esta ideia, pensamos ser pertinente a conjectura de Fonagy e Target (2007) sobre este tema, segundo a qual as linhas de investigação futuras neste âmbito serão, seguramente, estimuladas pelos novos dados empíricos existentes em torno do fenómeno da *"embodied cognition"*. Tomando como referência de análise as respostas dadas pelos sujeitos à *Adult Attachment*

Interview (AAI, ver Hesse, 2008), estes autores relembram-nos que, diferenças individuais na qualidade das relações de vinculação experienciadas são hipotetizadas como implicando diferenças, não apenas ao nível dos conteúdos verbais abordados, mas, também, nos padrões de linguagem e de estrutura do pensamento (e.g., atenção).

A este propósito, debruçando-se sobre a ligação prevista entre as respostas dos sujeitos classificados como desligados na AAI e o comportamento de vinculação evitante da criança pequena, dizem-nos Fonagy e Target (2007, p.441) que entre ambos é expectável que ocorra bem mais do que *"association by content"*. Com efeito, muitas vezes os conteúdos verbais evocados não são, eles próprios, por si só, sugestivos de vinculações evitantes. Contudo, nas respostas dos sujeitos (caracterizadas por frequentes verbalizações do tipo *"Não sei"*, *"Não me consigo lembrar"*, *"Foi tudo normal"*) é geralmente discernível uma acentuada esterilidade narrativa, sob a forma de *"an emptiness in relation to the mental world of the people who populate the individual's thoughts cannot fail to strike the rater (...) it is the attitude toward mental life, the derogation of thinking and feeling itself, that is the most striking"*. Acrescentando os autores que é, sobretudo, a linguagem da *"cognição/corporal"* que põe a nu a insegurança: *"At the metaphoric level there is a physical gesture of reaching out and finding nothing substantive or particular, the experience of not being able to retrieve an idea (...) the gesture of the dismiss thought is one of not needing and turning away - the very physical gesture of the avoidant infant upon reunion with the caregiver"*.

Segundo esta mesma conceptualização, nas respostas de sujeitos classificados como preocupados (geralmente atravessadas por uma profusão desconexa de conteúdos irrelevantes, que tendem a ser deixados a meio, a par com mudanças bruscas no tom emocional do discurso e com diminuição da atenção dada ao entrevistador, que muitas vezes acaba por se sentir, ele próprio, *"perdido"* durante a situação de entrevista) a linguagem *"cognitiva / corporal"* expressa pode ser traduzível em *"needing to hold on, yet not being satisfied (...) a mental gesture that expresses a feeling of being lost or perhaps the very act of losing"*.

Finalmente, relativamente às respostas de sujeitos classificados como autónomos, Fonagy e Target (2007, p.442) acrescentam que, no seu conjunto, as 3 máximas fundamentais de Grice (i.e. quantidade, clareza, validade) *"are all about ensuring, that speaker and listener each know where they are in relation to the other, with no risk that they will disappear from each other's sight"*, com estas expectativas mútuas a serem cumpridas. As frases são completas e as ideias transmitidas de modo simples, fácil de apreender, o

que capta o interesse do interlocutor. Neste caso, concluem os autores, “*the gesture is indeed one of secure holding, of knowing what is expected, and of the expected’s happening and allowing itself to become known. At the same time, there is freedom for listeners to form their own associations and their own point of view, equivalent to the way in which an infant in a secure relationship can be seen to move freely between “refueling” with the parent and exploring the world*”.

Em conclusão, à semelhança do que tem sido defendido por outros autores (ver Marvin e Britner, 2008) defendemos também, que no entusiasmo das novas descobertas no campo representacional, não deverá ser perdida de vista a relevância do comportamento, em particular no que diz respeito ao comportamento de base-segura (Waters e Cummings, 2000), uma vez que é central na Teoria da Vinculação, a assumpção de que a principal função dos MID é permitir a organização do comportamento de um modo mais flexível. Só deste modo se poderão encontrar reunidas as condições para uma utilização responsável e fecunda deste tipo de metodologias narrativas, que dando devidamente atenção à estruturação defensiva emergente (ver Bretherton e Munholland, 2008; George e Solomon, 2008), seja capaz de captar a complexidade do mundo interno e da organização fantasmática infantil.

Referências

- Ainsworth, M., Blehar, M., Waters, E., e Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation*. Oxford, England: Lawrence Erlbaum.
- Bettmann, J., e Lundahl, B. (2007). Tell me a story: A review of narrative assessments for preschoolers. *Child & Adolescent Social Work Journal*, 24, 455-475.
- Bowlby, J. (1988). *A secure base. Parent-child attachment and healthy development*. New York: Basic Books.
- Bretherton, I., e Oppenheim, D. (2003). The MacArthur Story Stem Battery: Development, administration, reliability, validity, and reflections about meaning. In R. N. Emde, D. P. Wolf, e D. Oppenheim (Eds.), *Revealing the inner worlds of young children: The MacArthur Story Stem Battery and parent child narratives* (pp. 55-89). New York: Oxford University Press.
- Bretherton, I. (1990). Communication patterns, internal working models, and the intergenerational transmission of attachment relationships. *Infant Mental Health Journal*, 11, 237-252.
- Bretherton, I. (1995). Commentary: A communication perspective on attachment relationships and internal working models. In E. Waters, B. E. Vaughn, G. Posada, & K. Kondo-Ikemura (Eds.), *Caregiving, cultural, and cognitive perspectives on secure-base behavior and working models: New growing*

- points of attachment theory and research. *Monographs of Society for Research in Child Development*, 60, 310-329.
- Bretherton, I. (2005). In pursuit of the internal working model construct and its relevance to attachment relationships. In K. E. Grossmann, K., Grossmann, e E. Waters (Eds.), *Attachment from infancy to adulthood. The major longitudinal studies* (pp.13-47). New York: The Guilford Press.
- Bretherton, I., & Munholland, K. (2008). Internal working models in attachment relationships: Elaborating a central construct in attachment theory. In J. Cassidy, e P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 102-127). New York: Guilford Press.
- Bretherton, I., e Ridgeway, D. (1990). Story completion tasks to assess young children's internal working model of child and parent in the attachment relationship. In M. Greenberg, D. Cicchetti, e E. M. Cummings (Eds.), *Attachment in the preschool years: Theory, research and intervention* (pp. 300-305). Chicago: The University of Chicago Press.
- Carvalho, M., Martins, C., Martins, E., Osório, A., Tereno, S., e Soares, I. (2010). (Des)continuidade entre a qualidade da vinculação na 1ª infância e representação da vinculação aos 3 anos. Comunicação no VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. Braga: Universidade do Minho.
- Cassidy, J. (1988). Child mother attachment and the self in six-year olds. *Child Development*, 59, 121-134.
- Clyman, R. (2003). Portrayals in maltreated children's play narratives: representations or emotional regulation? In R. N. Emde, D. P. Wolf, e D. Oppenheim (Eds.), *Revealing the inner worlds of young children: The MacArthur Story Stem Battery and parent-child narratives* (pp. 201-221). New York: Oxford University Press.
- DeKlyen, M., e Greenberg, M. (2008). Attachment and psychopathology in childhood. In J. Cassidy, e P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 637-665). New York: Guilford Press.
- Fonagy, P., e Target, M. (2007). The rooting of the mind in the body: New links between attachment theory and psychoanalytic thought. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 55, 411-456.
- Gloger-Tippelt, G., Gomille, B., Koenig, L., e Vetter, J. (2002). Attachment representations in 6-year-olds: Related longitudinally to the quality of attachment in infancy and mothers' attachment representations. *Attachment & Human Development*, 4, 318-339.
- Gottlieb, G. (1991). Experiential canalization of behavioral development: Theory. *Developmental Psychology*, 27, 4 -13.
- Granot, D., e Maysel, O. (2001). Attachment security and adjustment to school in middle childhood. *International Journal of Behavioral Development*, 25, 530-541.
- Hesse, E. (2008). The Adult Attachment Interview: Protocol, method of analysis, and empirical studies. In J. Cassidy e P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical implications* (pp. 552-598). New York: Guilford.
- Klagsbrun, M., e Bowlby, J. (1976). Responses to separation from parents: A clinical test for young children. *British Journal of Projective Psychology*, 21, 7-21.
- Laible, D., Carlo, G., Torquati, J., e Ontai, L. (2004). Children's perceptions of family relationships as assessed in a doll story completion task: Links to parenting, social competence, and externalizing behavior. *Social Development*, 13, 551-569.
- Maia, J., Veríssimo, Ferreira, B., Silva, F., e Fernandes, M., (2009). *Adaptação portuguesa do Attachment Story Completion Task – Manual de aplicação e cotação: Dimensão Contínua de Segurança*. Manuscrito não publicado. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Main, M., Kaplan, N., e Cassidy, J. (1985). Security in infancy, childhood, and adulthood. A move to the level of representation. In I. Bretherton e E. Waters (Eds.), *Growing points in attachment theory and research. Monographs of the Society for Research in Child Development*, 50, 66-104.

- Marvin, R. S., e Britner, P. A. (2008). Normative development: The ontogeny of attachment. In J. Cassidy, e P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment theory: Research and clinical applications* (pp. 269-294). New York: The Guilford Press.
- Murray, L. (2007). Future directions for doll play narrative research: A commentary. *Attachment & Human Development*, 9, 287-293.
- Nelson, K., e Fivush, R. (2004). The emergence of autobiographical memory: A social cultural developmental theory. *Psychological Review*, 111, 486-511.
- Oppenheim, D. (1997). The Attachment Doll-play Interview for preschoolers. *International Journal of Behavioral Development*, 20, 681-697.
- Oppenheim, D., e Waters, H. S. (1995). Narrative processes and attachment representations: Issues of development and assessment. In E. Waters, B. E. Vaughn, G. Posada, e K. Kondo-Ikemura (Eds.), *Caregiving, cultural, and cognitive perspectives on secure-base behavior and working models: New growing points of attachment theory and research. Monographs of Society for Research in Child Development*, 60, 197-215.
- Page, T., e Bretherton, I. (2001). Mother- and father-child attachment themes in the story completions of pre-schoolers from post-divorce families: do they predict relationships with peers and teachers? *Attachment and Human Development*, 3, 1-29.
- Sameroff, A. J., e Chandler, M. J. (1975). Reproductive risk and the continuum of caretaking casualty. In F. D. Horowitz, M. Hetherington, S. Scarr-Slapateck, e G. Siegel (Eds.), *Review of child development research* (Vol.4, pp. 187-243). Chicago: Chicago University Press.
- Solomon, J., e George, C. (2008). The measurement of attachment security and related constructs in infancy and early childhood. In J. Cassidy, e P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment theory. Research and clinical applications* (pp. 383-416). New York: The Guilford Press.
- Sroufe, L. A. (1979). The coherence of individual development. *American Psychologist*, 34, 834-841.
- Sroufe, L. A., e Waters, E. (1977). Attachment and dependency in developmental perspective. *Child Development*, 54, 1615-1627.
- Steele, M., Steele, H., Woolgar, M., Yabsley, S., Fonagy, P., Johnson, D., e Croft, C. (2003). An attachment perspective on children's emotion narratives: Links across generations. In R. N. Emde, D. P. Wolf, e D. Oppenheim (Eds.), *Revealing the inner worlds of young children: The MacArthur Story Stem Battery and parentchild narratives* (pp. 163-181). New York: Oxford University Press.
- Thompson, R. A. (2008). Attachment-related mental representations: Introduction to the special issue. *Attachment & Human Development*, 10, 347-358.
- Trapolini, T., Ungerer, J., e McMahon, C. (2007). Maternal depression and children's attachment representations during the preschool years. *British Journal of Developmental Psychology*, 25, 247-261.
- Warren, S. (2003). Narratives in risk and clinical populations. In R. Emde, D. Wolf, e D. Oppenheim (Eds.), *Revealing the Inner Worlds of Young Children: The MacArthur Story Stem Battery and parent-child narratives* (pp. 222-239). New York: Oxford University Press.
- Waters, E., e Cummings, E. M. (2000). A secure base from which to explore close relationships. *Child Development*, 71, 164-172.
- Waters, H., e Waters, E. (2006). The attachment working models concept: Among other things, we build script-like representations of secure base experiences. *Attachment & Human Development*, 8, 185-197.
- Zahn-Waxler, C., Park, J., Usher, B., Belouad, F., Cole, P., e Gruber, R. (2008). Young children's representations of conflict and distress: A longitudinal study of boys and girls with disruptive behavior problems. *Development and Psychopathology*, 20, 99-119.

ATTACHMENT THEORY: THE LEAP FROM BEHAVIOR TO REPRESENTATION

Abstract: In the last 30 years, the research field on attachment developmental implications, and specially in what concerns the preschool years, has witnessed a considerable growth in the use of semi-projective narrative methodologies, frequently in the form of story completion tasks (e.g., *Attachment Story Completion Task*). Pointed out as a valid way of studying the quality and the organization of children's attachment Internal Working Models (IWM), the intensification in its' application stands on the belief that this type of tasks can, metaphorically speaking, represent a window to the child's internal world. The present article aims to discuss potentialities and risks implied in the use of this type of methodologies for a deeper understanding of the structure, content, roots and evolution of preschoolers' IWM, considering the Attachment Story Completion Task as an example.

KEY-WORDS: *Internal working models, Narrative methodologies, Semi-projective story completion tasks, Attachment representations.*